

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

**PARECER N° 155**, de 18 de outubro de 2021.

**OBJETO:** *Projeto de Lei Ordinária n° 119/2021*, que “*Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Ubá-MG; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências*”.

**AUTORIA:** PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

### 1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que institui o Regime de Previdência Complementar, no âmbito do Município de Ubá; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal e autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar.

Desse modo, a presente proposição entrará em pauta, observando os termos regimentais, em Seção Ordinária. Caso sejam apresentadas emendas, elas serão apreciadas individualmente.



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

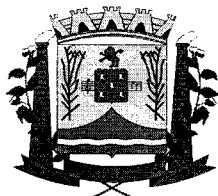
Na mensagem nº 041, anexa à proposição, o chefe do Executivo aponta alguns critérios que estão previstos na Constituição Federal e são de observância obrigatória pelos Estados, Distrito Federal e Municípios:

1. A instituição de previdência complementar para os servidores que recebam mais do que o teto estabelecido para o regime Geral (INSS) como sendo impositiva;
2. A adesão compulsória ao regime de previdência complementar apenas para os servidores que tiverem remuneração acima do teto e ingressarem no serviço público APÓS a publicação da lei que instituir o regime de previdência complementar municipal;
3. A adesão facultativa aos servidores que tiverem ingressado no serviço público antes da publicação da referida lei;
4. Data limite para a instituição do regime de previdência complementar, do dia 12 de novembro de 2021, com fulcro no § 6º do art. 9º da EC 103/19.

Ainda no que tange a mensagem enviada pelo Executivo, o representante legal do Município mencionou que conforme consta no “Guia da Previdência Complementar dos Entes Federativos”, poderá o Município escolher dentre três possibilidades: (i) aderir a um plano já existente, (ii) criar um plano em uma entidade já existente ou ainda, (iii) criar uma Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Todavia, justifica o gestor público que “a quantidade de servidores efetivos do Município de Ubá com remuneração ACIMA do teto do INSS não é suficiente para a criação e a manutenção de uma entidade própria da Previdência Complementar para o Município.”

Dessa forma, decidiu o Município de Ubá aderir um plano já existente, o que se dará mediante regular processo seletivo, conforme as orientações constantes da Nota Técnica Atricon nº 001/2021, de 12/04/2021, da Associação de Membros dos Tribunais de Contas, anexada ao Projeto de Lei em epígrafe.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Na sequência, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 48 do Regime Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 10/1993):

***Art. 48. Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:***

***I- Manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, citando, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.***

***(...)***

Feito o relatório, passa-se a opinar.

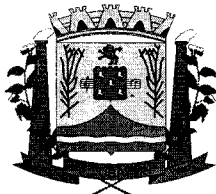
## II- FUNDAMENTAÇÃO

Quanto a *iniciativa*, nada a reparar, porquanto exclusiva do sr. Chefe do Executivo, eis que se trata da política de organização dos servidores municipais dos poderes executivo e legislativo do Município de Ubá.

Conforme dispõe nossa Magna Carta acerca do tema, in verbis:

***§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019 )***

***§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou***



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*de entidade aberta de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)*

**§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98) (grifamos)**

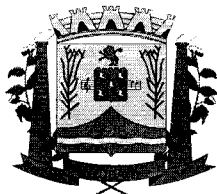
Observa-se, portanto, que cada ente federado terá a instituição do regime de previdência complementar por iniciativa do respectivo Poder Executivo, o que se observa no caso em tela.

No que concerne ao *mérito*, o projeto em epígrafe clarifica na mensagem que o acompanha que a instituição de um regime de previdência complementar aos Municípios se trata de determinação decorrente da reforma da Previdência, promulgada em novembro de 2019, a Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Portanto, com fulcro no §6º do art. 9º da referida EC, terão os municípios até 12 de novembro do corrente ano para instituir o regime de previdência complementar, de modo que sua implantação será obrigatória para os **futuros servidores efetivos**. Nesse prisma, os Municípios que detém Regime Próprio de Previdência terão que limitar os valores de aposentadoria e pensão concedidos pelo RPPS ao teto do INSS, que atualmente é de R\$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos).

No *valor excedente* ao referido teto, o servidor poderá optar em contribuir para a previdência complementar, em percentual estabelecido por lei, recebendo contrapartida paritária do Município. Impõem destacar que **a previdência complementar atingirá, obrigatoriamente, aos servidores concursados a partir do seu funcionamento, com prazo limite referido acima.**

Contudo, a adesão ao Regime de Previdência Complementar - RPC é facultativa para aqueles servidores que já ingressaram no serviço público e desvinculada da previdência pública (Regime Geral de Previdência Social - RGPS ou Regime Próprio de Previdência



## **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Social - RPPS), conforme previsto no artigo 202 da Constituição Federal. Nesse contexto, o RPC possui regras específicas estabelecidas pelas Leis Complementares n.ºs 108 e 109, ambas de 29/05/2001, e por demais normativos.

De fato, a reforma da previdência de 2019 – Emenda Constitucional 103 – tornou obrigatória a instituição pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, de regime de previdência complementar – RPC para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social – RPPS (parágrafo 14 do art. 40 da Constituição).

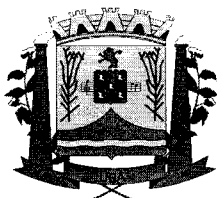
Isso significa que o valor das aposentadorias e pensões pagas pelo respectivo RPPS ficarão limitados ao teto pago pelo RGPS.

Seguindo as possibilidades descritas no Guia da Previdência Complementar, disponível na página oficial do Ministério da Economia e publicado em junho de 2021, optou o gestor público municipal por aderir a um plano já existente, de modo que a escolha do mesmo dar-se-á mediante processo seletivo, segundo as orientações descritas na Nota Técnica Atricon nº 001/2021.

A Nota nº001/2021 é da Associação de Membros dos Tribunais de Contas e foi publicada em 12 de abril de 2021. Esclarece alguns pontos importantes como:

- 1- Omissão legislativa quanto à forma de realização da contratação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, pelo ente federado, quando a instituição do RPC dar-se mediante lei;
- 2- Ausência de previsão na Lei de Licitações no que se refere ao objeto contratado, de modo que não será feito processo licitatório e as Leis Complementares é que irão nortear o processo seletivo.

Por fim, quanto à *espécie normativa* utilizada para a instituição do RPC, essa comissão entende que correta está sua forma, mediante lei ordinária, uma vez que a própria



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

União o fez por intermédio desse instrumento legislativo. E ainda, o assunto foi mencionado pela doutrina pátria, nesse sentido, além de foi enfrentado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, que definiu da seguinte forma: “**Não há exigência constitucional de que os planos de custeio e benefício sejam feitos por lei complementar.** (... [ADI 3.948, rel. min. Luís Roberto Barroso, j. 15-4-2020. P DJE de 5-10-2020.]”

Quanto ao *quórum de aprovação* o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá disciplina que as deliberações do Plenário quando se tratar de projeto de lei ordinária será apreciada em *dois turnos* de votação e, regra geral, serão tomadas por *maioria simples* (art. 37, §3º, RICMU).

## III- CONCLUSÃO

Ante o exposto, o parecer é pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 119/2021. Informa-se ainda que o projeto em epígrafe será apreciado em dois turnos, estando aprovado com o voto de maioria simples desta Casa.

Portanto, resta claro, em vista do exposto, que ao se levar em conta a temática abordada, o projeto se encontra apto à tramitação, tanto em seu *aspecto formal quanto material*, estando em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal, e Constituição Estadual, Emenda Constitucional nº 103/2019 além de obedecer às Leis 108 e 109 de 2001 Direito Financeiro (Lei nº 4.320/64), a Lei Orgânica do Município, e o Regimento Interno dessa Casa.

Ubá, 18 de outubro de 2021.

EDEIR PACHECO DA COSTA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**JOSÉ MARIA FERNANDES**

**MEMBRO DA COMISSÃO**

---

**GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS**

**MEMBRO DA COMISSÃO**